

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.356 - AM (2019/0237593-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **D O S S**
RECORRENTE : **D S S**
RECORRENTE : **V I F S**
RECORRENTE : **D O S S**
RECORRENTE : **P V C S**
ADVOGADO : **ALAN YURI GOMES FERREIRA - AM010450**
RECORRIDO : **O S**
ADVOGADOS : **SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS E OUTRO(S) - AM007944**
NEILA MARIA DANTAS AZRAK - AM010584

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **D O S S**, **D S S**, **V I F S**, **D O S S** e **P V C S** com fundamento no art. 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado:

"EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE INTERDIÇÃO POR PRODIGALIDADE COM PEDIDO LIMINAR DE NOMEAÇÃO DE CURADOR PROVISÓRIO. PERÍCIA MÉDICA. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO EXPRESSA AO ART. 753 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

- 1. Em se tratando de interdição faz-se imprescindível a realização de exame pericial a fim de detectar a sanidade da pessoa a ser interditada, considerando o impacto da declaração de incapacidade.*
- 2. Descabida a pretensão tutela antecipada em interdição fundada em prodigalidade se o contexto probatório não os confirma, mormente ausente o laudo pericial.*
- 3. Precedente do Superior Tribunal de Justiça.*
- 4. Recurso conhecido e provido." (fls. 2910)*

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 11, 300, 371, 489, §1º, 1022, II, do Código de Processo Civil de 2015; 4º, IV e 1782 do Código Civil de 2002, sustentando, em síntese, existência de omissão no acórdão recorrido quanto à comprovação do valor do patrimônio do recorrido e à devida fundamentação para revogação da curatela provisória.

Superior Tribunal de Justiça

Não foram apresentadas contrarrazões.

O il. representante do Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso. (fls. 6329-6332)

É o relatório.

Consoante se extrai dos autos, verifica-se que o Tribunal *a quo* não se manifestou sobre a alegação dos recorrentes, suscitada nos embargos de declaração, quanto "i) a falta de motivação quanto às razões para a cassação da liminar; ii) a falta de exposição da valoração da prova ou ausência de valoração da prova referente ao valor do patrimônio do Embargado; a falta de motivação para a anulação da sentença ou revogação da liminar, considerando os aspectos fáticos-jurídicos do comportamento do Embargado, sua relação com a ex-companheira, a motivação das doações e os prejuízos advindos destas condutas, outrora analisado por ocasião do julgamento do Agravo de Instrumento nº 4004253-82.2017.8.04.0000" (fls. 3003-3004).

No entanto, não houve enfrentamento dos temas, restando, portanto, omissos o acórdão recorrido, o que impõe o reconhecimento da alegada violação ao art. 1022 do CPC/2015.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à Corte de origem para que se pronuncie sobre os pontos omissos, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator